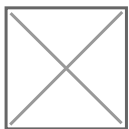


Os dramáticos efeitos sobre a população expressam o apelo de mudança por um paradigma soberano

Por Katarine Costa · 02/08/2022

No [Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha](#), as participantes do [curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”](#), realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo e Coletiva Diálogos Feministas, trataram do tema Energia na aula aberta dessa semana, com a bióloga Camilla Brito, representante do [Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB](#). A coordenação dessa aula seguiu com Elisangela Paim da Fundação Rosa Luxemburgo.



Camilla Brito, representante do [Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB](#)

A apresentação de Camilla expôs um panorama sobre o tema Energia. Desde as disputas das megacorporações sobre as bases estratégicas nos países, entre eles, o Brasil a partir da exploração do Pré-Sal. “Falar de fontes não-renováveis e renováveis, é falar de um contexto de disputas de discursos em torno do significado de energia, o destino da produção e o papel da classe trabalhadora.

Dizem que é mercadoria, porém é o produto de um trabalho, é um bem de consumo e um bem para produção de mercadorias. Dissociam do trabalhador para desvalorizar essa presença,” explicou.

O tema da energia tem sido objeto de obtenção de muita riqueza para poucos e de expropriação de territórios para tudo o mais que a estrutura piramidal brasileira afasta do topo. Os impactos da implantação dos projetos energéticos recaem sobre comunidades tradicionais e quilombolas, povos originários, ribeirinhos e pescadores. A biodiversidade é severamente afetada, não obstante, segundo Camilla, as condicionantes dos empreendimentos e compensações ambientais, estejam descritas nas licenças emitidas pelos órgãos de meio ambiente, pois raras ou parcialmente são cumpridas e as multas não são pagas. “A atuação das empresas é despreocupada. De um lado, os ecossistemas entendidos como ‘sem uso’ na lógica capitalista, são destruídos como ocorre com a Caatinga, o bioma único do Brasil. De outro lado, são definidas zonas de sacrifício, exatamente onde encontram-se os povos locais, portadores de saberes não hegemônicos,” contou. De fato, nenhum bioma está livre no país, mas a bióloga afirma que o amazônico, o mais preservado e detentor de 68% da água do país, corre o risco de ser ainda mais afetado segundo as projeções do governo federal sobre demanda de energia elétrica para 2026.

O fornecimento de energia elétrica é um serviço público essencial e indispensável conforme a previsão legal. Contudo, as contradições do modelo energético vigente indicam a finalidade real da produção, ainda que o discurso seja de atendimento à demanda cidadã. “Nos territórios que tiveram erigidas infraestruturas energéticas, fosse barragem, hidrelétrica, parque eólico, os habitantes ainda não têm eletricidade em casa como no Vale do Jequitinhonha. Esse exemplo se repete em todo o país porque essa eletricidade é produzida para atender demandas de

empresas como a Vale,” disse Camilla. Aos impactos ambientais e sociais e à falta de acesso à eletricidade pela população, soma-se a ampliação das dificuldades para a sobrevivência devido as alterações que as empresas provocam nos modos de viver nos territórios onde se instalam.

SAÍDAS

Camilla Brito é autora da pesquisa “Mulheres atingidas pelo crime da Samarco (Vale/BHP): o caso da região do médio Rio Doce em Minas Gerais”, orientada pela professora da UFRRJ, Fabrina Furtado. O acúmulo de direitos negados às vítimas abarca: reassentamentos precarizados; dificuldades ou falta de atendimento de saúde; perda da autonomia em decorrência da falta de geração de renda na agricultura, pesca ou comércio considerando a contaminação da água que impediu o uso; perda do direito ao lazer desde a contaminação do rio; alterações no hábito alimentar com a impossibilidade da pesca; intensificação no aparecimento de doenças por viroses, alergias, dores no estômago, queda de cabelo, depressão e ansiedade, insônia.

A constatação desses efeitos do atual modelo energético sobre todos os seres, denuncia a urgência de uma mudança de paradigma. Em vez do interesse no lucro imediato, sustentado pelas grandes corporações e setores aliados que controlam o sistema, o interesse da soberania nacional deve prevalecer. “É preciso que o povo controle essa energia, assim serão satisfeitas as necessidades da população, as fontes poderão ser de fato diversificadas e descentralizadas, e ainda, outras tecnologias de produção terão vez dentro do sistema,” concluiu Camilla. Se você não assistiu essa aula, clique [aqui](#).

A próxima aula aberta do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra” vai ser em primeiro de agosto às 16h sobre Clima, com a palestrante

Thaís Santos (UNEAFRO) e a coordenação da atividade com Fabrina Furtado (CPDA/UFRRJ).

*** Eliege Fante é jornalista, mestra e doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS, associada ao Núcleo de Ecojornalistas do RS.**

Documento gerado automaticamente a partir de: <https://rosalux.org.br/os-dramaticos-efeitos-sobre-a-populacao-expressam-o-apelo-de-mudanca-por-um-paradigma-soberano/>